



*Notas sobre “Avaliação, Regulação,  
Acompanhamento: Há Competência  
Técnica e Equidade na Atuação do  
Governo?”*

*Documento de Trabalho nº. 59*

*Antonio Carlos Caruso Ronca  
Edson Nunes*

**Versão Preliminar para Comentários e Sugestões**

**Outubro de 2006**

---

O Instituto *Databrasil – Ensino e Pesquisa*, associado à *Universidade Candido Mendes*, se dedica à pesquisa, ao ensino e à consultoria Organizacional. O Observatório Universitário, é o núcleo do *Databrasil* que se dedica ao desenvolvimento de estudos e projetos sobre a realidade socioeconômica, política e institucional da educação superior

O **Observatório Universitário** alia, de forma sistemática, pesquisas acadêmicas, multidisciplinares, com a execução de iniciativas voltadas à solução de problemas práticos inerentes às atividades da educação superior. A série *Documentos de Trabalho* tem por objetivo divulgar pesquisas em andamento e colher sugestões e críticas para aperfeiçoamento e desdobramentos futuros.

## ***Observatório Universitário***

### ***Databrasil – Ensino e Pesquisa***

#### **Autoria**

*Edson Nunes*

[enunes@databrasil.org.br](mailto:enunes@databrasil.org.br)

*Antonio Carlos Ronca*

[enunes@databrasil.org.br](mailto:enunes@databrasil.org.br)

#### **Coordenação**

*Edson Nunes*

*Paulo Elpídio de Menezes Neto*

#### **Coordenação**

*Violeta Monteiro*

#### **Equipe Técnica**

*André Magalhães Nogueira*

*David Moraes*

*Enrico Martignoni*

*Helena Maria Abu-Mebri Barroso*

*Ives Ramos*

*Leandro Molhano Ribeiro*

*Márcia Marques de Carvalho*

*Wagner Ricardo dos Santos*

**Rua da Assembléia, 10/4208 – Centro**

**20011-901 – Rio de Janeiro – RJ**

**Tel./Fax.: (21) 3221-9550**

e-mail: [observatorio@observatoriouniversitario.org.br](mailto:observatorio@observatoriouniversitario.org.br)

<http://www.observatoriouniversitario.org.br>

# SUMÁRIO

<b>1 – IDENTIDADE E DISCURSO NA RELAÇÃO DO GOVERNO COM AS IES PARTICULARES</b>	<b>4</b>
<b>2- O MUNDO DAS ENTIDADES PARTICULARES E SEU DISCURSO AFIRMATIVO</b>	<b>6</b>
<b>3- ORGANIZAÇÕES DE INTELIGÊNCIA E A ADMINISTRAÇÃO DA ROTINA: A NECESSÁRIA CRISE DE IDENTIDADE</b>	<b>7</b>
<b>4- A MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA</b>	<b>9</b>
<b>5- O FUTURO FINANCEIRO NÃO RESOLVE A CRISE DE IDENTIDADE</b>	<b>10</b>
<b>6– O FUTURO ESTARÁ NO DISCURSO AFIRMATIVO</b>	<b>11</b>
<b>7- GRANDES TEMAS SEM AUTORES</b>	<b>12</b>
<b>8- A POLÍTICA PÚBLICA NA AUSÊNCIA DA COMPETIÇÃO DOUTRINÁRIA</b>	<b>13</b>
<b>SOBRE O(S) AUTOR(ES)</b>	<b>14</b>
<b>DOCUMENTOS DE TRABALHO DO OBSERVATÓRIO UNIVERSITÁRIO</b>	<b>15</b>

## **1 – Identidade e discurso na relação do governo com as IES particulares\***

Obviamente o título sugerido pelos organizadores para esta apresentação é irresponsável, pela sua amplitude, complexidade e dramaticidade. Sozinho ensinaria proveitoso e longo seminário.

Como dirigentes do CNE talvez não possamos mais, sobre o tema, que compartilhar com os senhores algumas reflexões diagnósticas, antes que oferecer uma crítica sólida ou análise acabada.

De toda sorte, convenhamos, já que estamos entre amigos, que o título é um tanto excessivo. Por isso, necessariamente requer uma escolha de ênfase num ou mais dos temas apontados. Escolhamos um tema, o da competência técnica. Ao mesmo tempo, invertamos o foco, que está orientado para o governo, para os órgãos regulatórios, inclusive o CNE, e pensemos sobre nós mesmos, setor privado de educação superior, a partir das questões suscitadas pelo título e, fundamentalmente, sobre o tema da competência e, porque não, embora não registrado, sobre o tema da responsabilidade

Pensamos que muito temos a ganhar, desde o ponto de vista intelectual e diagnóstico, quando olhamos para o mundo a partir de nossa existência, de nossas perspectivas, mais do que sob a ótica de nossa relação com o governo.

Temos o hábito de nos percebermos como setor reflexo, oriundo das vontades de governos. Por isso nos vemos, seja verdadeira, seja estrategicamente, como dependentes, como se infantes fôssemos. E por isso também, seja verdadeira, seja estrategicamente, adotamos uma permanente postura crítica, senão queixosa, talvez mais queixosa do que crítica, sobre o governo. Mas raras vezes adotamos uma perspectiva crítica fundamental sobre nós mesmos. É passada a hora de o fazermos.

---

\* Fórum Nacional do Ensino Superior Particular do Brasil, São Paulo, 21 de outubro de 2006

Para estruturar a conversa, a partir mesmo do seu início, cometamos uma simplificação heurística, talvez verdadeira, mas de qualquer forma uma simplificação. Vamos a ela:

**Não existe competência técnica suficiente na ação do MEC, nem da maioria dos ministérios, porque o setor público técnico brasileiro vem sendo paulatinamente dizimado desde o começo dos anos noventa.**

Em verdade, desde o ponto de vista técnico, infantes somos, na acepção de que constituímos um setor econômico iniciante, naquele sentido usado por economistas para se referir às “infant industries”. Constituímos um setor econômico novo no cenário da economia brasileira. Claro, instituições comunitárias e/ou filantrópicas existem por muitas décadas. Mas a face mercantil, de certa forma competitiva e, porque não dizer, de certa forma agressiva, das mantenedoras de IES é recentíssima. Neste sentido constituímos um setor infante, em plena constituição e, por isso, em plena busca de identidade e de fundamentos doutrinários.

Não seria inesperada a conclusão de que estamos à busca de uma identidade constitutiva, de uma “cara” através da qual o país nos veja e nos estime, como cabe a todo infante. Mas já somos economicamente grandes, em termos comparativos com outros setores já vetustos e institucionalizados. Nem por isso temos uma identidade clara em muitos aspectos, principalmente aqueles escolhidos pelo próprio título da apresentação que nos foi sugerida.

Se nos virmos como setor econômico, e não temos dúvidas de que o devemos fazer, gostemos ou não, perceberemos que o governo, em verdade, não passa de uma variável interveniente, mais do que determinante. É que embora autorize, reconheça, credencie, supervisione, o governo é quase inerte para todos estes fins. Tem pouca estrutura formal, escassa estrutura técnica, baixa taxa de continuidade e estabilidade regulatória, baixa taxa de permanência e continuidade de pessoal técnico de alta qualificação, além de lhe faltar, repetidamente, orientação estratégica clara no seu relacionamento com o setor privado.

Por todas estas razões, mais das vezes, o governo opera no microcosmo da pequena regulação, da portaria, do despacho, correndo atrás de eventos, antes de antecipá-los, ou mesmo guiá-los, por indução ou reflexão crítica.

Está desarmado o governo em duas frentes cruciais: a operacional e a estratégica.

## **2- O mundo das entidades particulares e seu discurso afirmativo**

Mas se esse diagnóstico estiver certo—e sabemos que está—porque ficamos o tempo todo a falar do governo, e nunca falamos de nós mesmos ao longo de todas as dimensões através das quais criticamos o governo? Em suma, estará o setor privado melhor equipado do que o governo para responder às mesmas perguntas e questões que traz ao governo?

Pensamos que não. Constitui-se aqui o “não-diálogo” entre dois fracos. Bem fracos, em verdade, muito embora a capilaridade e o tamanho de algumas IES privadas, possam dar a aparência de robustez. Associe-se a isso, com certeza, uma certa antipatia da sociedade quanto ao setor privado, antipatia esta compartilhada por algumas instâncias, e teremos uma equação interessante, a merecer solução. Solução essa que, francamente, estamos a buscar de forma hesitante, senão frágil.

Senão vejamos.

Imaginemos o setor privado de educação superior como um setor econômico essencialmente dependente de inteligência, portanto, povoado exclusivamente por organizações ou empresas que deveriam se ver como organizações de inteligência, antes de se perceberem como organizações mercantis, comunitárias, sem fins lucrativos, religiosas etc. Reparem que não estamos a indicar que sejamos uma coisa ou outra, de inteligência ou mercantis, estamos a dizer que é uma coisa **antes** da outra. Somos

organizações de inteligência **antes** de sermos públicos, privados, confessionais ou qualquer outro tipo que se invente no planeta. Instituições de educação superior são organizações de inteligência independentemente de sua natureza civil.

Nossa identidade essencial, a de organização de inteligência, nunca será resolvida pela natureza jurídico-formal de nossa constituição societária. Resta ver se saberemos conviver com este diagnóstico, visto que as mantenedoras, todas, não são organizações de inteligência. São organizações religiosas, mercantis, não-mercantis, comunitárias, nunca de inteligência.

Mantenedoras são animais organizacionais únicos. Sua identidade, claro, é dada por seu estatuto. A leitura, contudo, de dezenas de contratos sociais e estatutos de mantenedoras, religiosas, comunitárias, mercantis, não contempla a identidade da mantida. Nenhuma mantenedora, dentre os muitos estatutos e contratos que pudemos examinar, se vê como organização de inteligência. Se vêem apenas como mantenedoras, como se isso lhes desse alguma identidade essencial. Como se o fato de ser “mantenedora” constituísse em si uma finalidade social.

### **3- Organizações de inteligência e a administração da rotina: a necessária crise de identidade**

Examinemos as implicações desta realidade.

Organizações de inteligência são entidades únicas, se comparadas com todas as outras organizações existentes. Na indústria, no comércio, na filantropia, nas organizações assistenciais não governamentais, nos sindicatos, nos partidos políticos, valem princípios organizatórios rotineiros e conhecidos pelas teorias da administração, hoje tão em moda, sob diferentes nomes ou apelidos, repetidos e previsíveis, que se beneficiam, no longo prazo, de uma clara idéia de comando, de hierarquia e poder. Nestas, a estrutura comanda

a função. O organograma da estrutura indica claramente o fluxo das decisões, do comando, da hierarquia, do poder, portanto, da obediência. A estrutura define a função. E é isso que ensinamos aos nossos meninos em nossos cursos de administração. Façam um bom organograma, ajustem-no ao inevitável “personograma” virtual, e poderão prever o funcionamento e o comando de sua organização.

Nas organizações de inteligência, nada funciona assim.

Primeiro, porque hierarquias funcionam mal nestes contextos. Os níveis hierárquicos mais altos precisam estar próximos dos mais baixos, principalmente em organizações de inteligência ligadas ao público ou ao mercado, porque a inovação frequentemente vem de baixo, do jovem doutor, do jovem técnico, do jovem coordenador, daquele que tem a mão no problema, não na rotina. Em havendo graus de hierarquia entre o jovem indômito e o decisor conformado, perde-se muita energia e muita criatividade institucional, principalmente porque os escalões intermediários e estabelecidos tendem a rejeitar novidades criativas e tendem a bloquear o acesso ao chefe máximo. Em resumo, nas organizações de inteligência a distância entre o chefe máximo e o operador qualificado deve ser mínima, porque as organizações de inteligência precisam, por razões fundamentais e absolutamente materiais, encurtar as hierarquias, de modo a viver do mérito explícito, mais que do mérito intermediado por hierarquias e postos intermediários de chefia.

Decorre daí, contudo, segunda cláusula. Organizações de inteligência só podem ser comandadas com base no mérito, ou se transformam em outras coisas, usualmente transformam-se em burocracias “metidas a besta”.

Terceiro, tais organizações precisam estar totalmente abertas aos intercâmbios com o meio ambiente, do qual recebem informações, novidades, estímulos, criatividade. Na organização burocrática rotineira isto não é possível porque tudo passa por canais de comando, por chefias intermediárias, por autorizações. Chefias intermediárias constituem o maior desastre criativo, porque tanto se protegem, quanto filtram aquilo que querem

fazer chegar aos chefes de cima. Daí, que organizações de inteligências precisam ser porosas, abertas ao meio ambiente, à informação advinda de seu “ambiente tarefa”, para que avancem e inovem.

Quarto, organizações de inteligência só podem ter sucesso e prosperar se conduzidas pela estrita aderência ao mérito, independentemente de serem públicas ou privadas. Organizações de inteligência não são grêmios, partidos ou sindicatos. Apenas são animais governados pela competência e pelo saber. Mas será que nossos mantenedores, públicos, comunitários, mercantis, estarão preparados para isso?

Quinto, e mais simples, organizações de inteligências precisam ser lideradas por inteligências reconhecidas, não por propriedade de capital ou pelo dogma religioso.

Sexto, nas organizações de inteligência, ao contrário do que ensinam os manuais de administração, é a função que define a estrutura, não o contrário. Uma estrutura hierárquica, compartimentalizada, verticalizada, não serve para a função de inteligência, serve apenas para processos repetitivos, que independem fundamentalmente de inovação. Por isso, nestas organizações de inteligência, a função determina a estrutura.

#### **4- A missão da organização de inteligência**

Na busca da nossa identidade, não podemos esquecer que se toda Instituição de Educação Superior é uma instituição de inteligência, pois lida fundamentalmente e primordialmente com a questão do conhecimento, da ciência e da cultura, ela é também uma instituição social. A sua prática se dá numa sociedade concreta marcada por características específicas. Sendo uma instituição social, a IES é determinada pela sociedade mas também pode ser determinante pois pode contribuir para a alteração de suas estruturas. Dessa forma um dos maiores desafios para o conjunto dessas organizações é **a abertura para os grandes temas, as graves questões que atingem a sociedade brasileira**. A resposta a esses desafios se dará tanto na formação de profissionais comprometidos com

um novo horizonte de sociedade, quanto na escolha de caminhos na pesquisa e na extensão que possam auxiliar a construção de um tempo novo onde a justiça social, a igualdade e a ética prevaleçam.

Neste cenário, podemos resumir alguns dos principais desafios para as nossas instituições de ensino superior:

- expansão com qualidade e equidade;
- reflexão ética e crítica sobre os rumos da sociedade;
- responsabilidade social, que deve se materializar em ações concretas pela inclusão e pela diminuição das desigualdades;
- inserção em redes regionais, nacionais e internacionais de cooperação para o desenvolvimento sustentável;
- preservação da cultura local, regional e nacional;
- busca contínua da excelência acadêmica, tanto no ensino, na pesquisa como na extensão.

## **5- O futuro financeiro não resolve a crise de identidade**

Quem somos nós, não os dois que conversam hoje com os senhores, mas todos os demais que se inscreveram neste encontro? O que fazemos enquanto organizações de inteligência? O que faremos no futuro? Que será de nosso setor?

Perguntas complicadas, muito complicadas, mas que parecem convergir na mesma direção. As mantenedoras, independentemente de sua natureza, salvos os enganos, parecem convergir numa mesma direção, que busca a eficiência do mando, do gasto, do processo decisório hierárquico. Neste sentido, talvez estejamos nos afastando daquilo que constitui uma organização de inteligência, visto que estamos maximizando o comando no lugar da inteligência.

Mas sanadas as deficiências financeiras desta ou daquela organização, ou de todas elas, o que queremos colocar no lugar? O que será o setor privado de educação superior do Brasil? O que quer este setor?

## **6– O futuro estará no discurso afirmativo**

O que será do setor privado de educação superior do Brasil? Nenhum governo até agora construiu uma política para tão importante setor. É indispensável que o faça. Ainda mais que as metas fixadas para o decênio pelo Plano Nacional de Educação exigem que, nos próximos seis anos, seja dobrado o número de estudantes no ensino superior. Mas, mais urgente é que o próprio setor construa as suas respostas para questões tão fundamentais.. Somente nós, o próprio setor privado, teremos. E não parece que estejamos a construir a resposta enquanto estivermos pensando apenas no que o governo pensa de nós, ou faz conosco. Ora, governos, através de suas burocracias, têm uma tendência a pensar pouco... São premidos por uma paixão nano-regulatória, sem rumo claro, sem roteiro, sem script, até mesmo porque o script para o próprio setor público de educação superior está sendo escrito sem um roteiro claro. Hoje, apenas se fala na expansão do setor público, assim como falávamos da expansão do setor privado. Mas poucos estão a inquirir sobre o “porquê” o “para quê”! Estamos numa luta numérica sobre criação de vagas, ausentes de uma luta sobre concepção.

Nesse contexto será fundamental a discussão do papel do Estado na regulação, avaliação e supervisão de um sistema de educação superior público/privado tão heterogêneo. A definição do papel atribuído ao Estado trará inúmeras conseqüências para o cotidiano das instituições e também para o aperfeiçoamento do próprio sistema de educação superior.

Só o setor privado terá resposta acerca de seu futuro e dos temas trazidos pelo título desta conferência. Mas este setor padece de esquizofrenia única, aquela que separa as duas personalidades, a da mantenedora e a da mantida. Os primeiros, mantenedores, têm obrigações complexas, civis, trabalhistas, penais. Já as mantidas são, em verdade, “não

entidades”, desde o ponto de vista civil, trabalhista ou penal. Nada podem. Mas também pouco devem. Entretanto, a sociedade brasileira não sabe disso. A sociedade brasileira se relaciona, material e simbolicamente, com as mantidas, enquanto o governo, embora regule as mantidas, acaba dialogando efetivamente com as mantenedoras, o que de certa forma gera disfunções regulatórias e relevantes formas de dissonância cognitiva entre os interlocutores.

## **7- Grandes temas sem autores**

Voltemos ao título proposto da conferência. Como falar de equidade, competência, responsabilidade, num setor econômico forte, mas esquizofrênico? Não teria já passado a hora de lidarmos com isso? Será que interessa mesmo às mantenedoras esta dicotomia esquizofrênica entre mantida e mantenedora? Nenhuma resposta será dada pelo governo, este ou aquele. Nenhuma. A pergunta, bem como a resposta, está conosco. E mal arranhamos a superfície do problema. Estamos preparados para nos vermos como organizações de inteligência, ou apenas como mantenedores organizados para combater no Congresso ou no Executivo? Temos algo a dizer à nação brasileira? Cremos que sim. Mas estamos um tanto silentes, apenas queixosos. Talvez seja porque não nos vemos como organizações de inteligência, apenas como mantenedores. Se assim for, temos que mudar, de modo a poder construir, através desta identidade essencial, a de organização de inteligência e mérito, cenários para o futuro de nossas casas e da educação superior brasileira.

Não é tarefa fácil para um setor já grande, mas ainda muito moço, simultaneamente se estruturar e solidificar economicamente, enquanto constrói uma clara, positiva, e visível identidade pública. Mas talvez seja inadiável, até mesmo porque o setor particular tem sido alvo fácil de preconceitos, alguns talvez até merecidos, mas nunca combatidos através da constituição de uma identidade duradoura e ambiciosa, baseada na sua finalidade precípua, a de instituições sociais de inteligência, criativas e responsáveis.

## **8- A política pública na ausência da competição doutrinária**

Encerremos, voltando ao tema desta conversa e às reflexões que suscita.

Desde o ponto de vista da avaliação, regulação, competência técnica, registrados no título desta sessão, com certeza precisaremos competir por maior participação nos organismos que a discutem e formulam seus instrumentos e aplicativos. Esta competição, contudo, não se resolverá exclusivamente pela demanda de aumento quantitativo de representantes do setor particular nestas instâncias de decisão e formulação de políticas e procedimentos.

Muito embora a ampliação da participação seja inevitável, em função mesmo do tamanho e proporção do setor privado no ensino superior brasileiro, ela precisa ser acompanhada por análises acadêmicas, críticas, densas e fundadas, dos instrumentos, das políticas e de suas conseqüências, bem como por uma visão positiva e alternativa, senão complementar, dos instrumentos e políticas. Tais análises precisam ser adensadas e aprofundadas através de programas de pesquisas e pós-graduação, que ainda estamos, seguramente, a constituir e sem os quais nossa voz não adquirirá a robustez técnica e acadêmica necessária. Esta densidade somente se institucionalizará nas mantidas e em programas duráveis, nunca, e episodicamente, nos ciclos de combate político conduzidos pelas mantenedoras.

Quem, no futuro, afinal representará fielmente a natureza e destino do setor particular de ensino superior? As mantenedoras e seus músculos de combate, ou as mantidas e seus cérebros? Músculos ou inteligência?

## Sobre o(s) Autor(es)

### **Edson Nunes**

Ph. D. em Ciência Política, U.C. Berkeley, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, graduou-se em Direito e Ciências Sociais na UFF. Foi Vice-Presidente Executivo do IPEA, Secretário Geral Adjunto do Ministério do Planejamento e Presidente do IBGE. É Diretor Geral do DATABRASIL - Ensino e Pesquisa, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) e exerce a função de Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes (UCAM).

### **Antonio Carlos Ronca**

Professor Titular da Faculdade de Educação da PUC-SP, Universidade da qual foi Reitor de 1993 a 2004 e onde obteve o grau de Doutor em Psicologia da Educação. Foi Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura, da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – UNITRABALHO, e da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC. É membro do Conselho Nacional de Educação – CNE, desde maio de 2004, tendo ocupado a Vice-Presidência da Câmara de Educação Superior até maio de 2006, quando foi eleito Presidente da Câmara de Educação Superior. É autor de inúmeros livros e artigos sobre Educação, Gestão, Formação de Recursos Humanos, Sociedade.

## *Documentos de Trabalho do Observatório Universitário*

1. **Agências Reguladoras: Gênese, Contexto, Perspectiva e Controle**, Edson Nunes. *Trabalho apresentado no "II Seminário Internacional sobre Agências Reguladoras de Serviços Públicos". Instituto Hélio Beltrão, Brasília, 25 de Setembro de 2001. Série Estudos de Políticas Públicas, outubro de 2001; também publicado em Revista de Direito Público da Economia, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, p. 1-384, abr/jun 2003.*
2. **O Sistema de Pesquisa Eleitorais no Brasil, Seu Grau de Confiabilidade e Como as Mesmas Devem Ser Lidas por Quem Acompanha o Processo à Distância**, Edson Nunes. *Palestra proferida no seminário: "Elecciones en Brasil: sondeos y programas" , Fundação Cultural Hispano Brasileira e Fundação Ortega y Gasset, Madrid, 25 de junho de 2002. (texto não disponível)*
3. **Sub-Governo: Comissões de Especialistas, e de Avaliação, Política Educacional e Democracia**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e David Morais. *Trabalho apresentado no "II Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: A Educação como Fator de Desenvolvimento Social e Econômico". Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2002; versão revista e final, publicada nesta mesma série, no. 16, sob o título "Governando por Comissões".*
4. **Cronologia de Instalações das Agências Reguladoras**, Catia C. Couto e Helenice Andrade. *janeiro de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*
5. **Corporações, Estado e Universidade: O Diálogo Compulsório sobre a Duração de Cursos Superiores no Brasil**, Edson Nunes, André Nogueira e Leandro Molhano, *fevereiro de 2003.*
6. **O Atual Modelo Regulatório no Brasil: O Que Já Foi Feito e Para Onde Estamos Indo"?**, Edson Nunes. *Seminário "O Atual Modelo Regulatório no Brasil: o que já foi feito e para onde estamos indo?". Escola Nacional de Saúde Pública - UCAM / Fiocruz, Rio de Janeiro, 18 de março de 2003 (texto não disponível)*
7. **Relação de Agências Reguladoras Nacionais**, Edson Nunes e Enrico Martignoni, *março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).*

8. **Gênese e Constituição da Anatel**, Edson Nunes e Helenice Andrade, março de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
9. **O Caso desviante do Ensino Superior Brasileiro: uma Nota Técnica**, Edson Nunes. Palestra proferida na 69ª Reunião plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, Painel sobre os Novos Cenários da Educação Superior: Visão Internacional. Rio de Janeiro, abril de 2003.
10. **Governo de Transição FHC - Lula**, Cátia C. Couto e Helenice Andrade. *Série Estudos de Políticas Públicas*, junho de 2003.
11. **Gênese e Constituição da Aneel**, Edson Nunes e Cátia C. Couto, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
12. **Gênese e Constituição da Anp**, Edson Nunes e Helenice Andrade, junho de 2003; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
13. **Espaços Públicos: Violência e Medo na cidade do Rio de Janeiro**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, julho de 2003.
14. **Desconstruindo PNE - Nota Técnica**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, julho de 2003; versão revista e final, publicada, nesta série, sob o título “Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios”. Documento de Trabalho no. 25.
15. **Engenharia Reversa das Condições de Ensino**, Ana Beatriz Gomes de Melo, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos, julho de 2003.
16. **Governando por Comissões**, Edson Nunes, David Morais e Márcia Marques de Carvalho, julho de 2003.
17. **Agências Reguladoras: O Governo Lula e o Mapeamento do noticiário sobre as mudanças nas Agências Reguladoras (período entre 01/12/2002 e 31/07/2003)**, Edson Nunes, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui; incorporado ao relatório final da pesquisa sobre as agências reguladoras nacionais (em elaboração).
18. **Clipping de Jornais - O Governo Lula**, Cátia C. Couto, Helenice Andrade e Patrícia de O. Burlamaqui. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.

19. **Segurança versus Insegurança**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, agosto de 2003.
20. **Regulação no Sistema de Educação Superior**, Edson Nunes - André Magalhães Nogueira, Ana Beatriz Moraes, Eleni Rosa de Souza, Helena Maria Abu-Mehry Barroso Leandro Molhano, Márcia Marques de Carvalho, Paulo Elpídio Menezes Neto e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto de apoio para a Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA). Essa Comissão foi designada pelas Portarias MEC/SESu número 11 de 28 de abril de 2003 e número 19 de 27 de maio de 2003 e instalada pelo Ministro da Educação, Cristovam Buarque em 29 de abril de 2003, agosto de 2003*
21. **Uma medida de eficiência em Segurança Pública**, David Morais. *Série Estudos de Políticas Públicas*, outubro de 2003.
22. **Desconstruindo PNE : Limitações Estruturais e Futuro Improvável**, Edson Nunes, Márcia Marques de Carvalho e Enrico Martignoni . *Trabalho apresentado no "II Encontro de Dirigentes de Graduação das IES Particulares.. Fortaleza, 27-29 de agosto de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
23. **PNE: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *Trabalho apresentado no II Encontro Regional do Fórum Brasil de Educação Tema: Projeto de Educação Nacional: desafios e políticas. Goiânia, setembro de 2003. Incorporado do Documento de Trabalho no. 25, de outubro de 2003*
24. **Estrutura e Ordenação da Educação Superior: Taxionomia, Expansão e Política Pública**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Leandro Molhano e Marcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no Seminário: "Universidade: por que e como reformar?". Brasília, Senado Federal 06 e 07 de agosto de 2003; também publicado em A Universidade na Encruzilhada. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2003.*
25. **Expansão do Ensino Superior: Restrições, Impossibilidades e Desafios Regionais**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Márcia Marques de Carvalho, *outubro de 2003.*
26. **Projeção da Matrícula no Ensino Superior no Brasil, por Dependência Administrativa: um Exercício Preliminar**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, janeiro de 2004.
27. **Matrícula e IES: Relação e Projeção**, Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, fevereiro, 2004.

28. **Entre o Passado e o Presente**, David Moraes. *Série Estudos de Políticas Públicas, março de 2004.*
29. **Demanda Potencial e Universidade: Notas sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro**, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, 27 de março de 2004. Série Educação em Números, março de 2004.*
30. **Niterói: Cidade Universitária?**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no seminário "Niterói 2008 – o Futuro É Agora". Rio de Janeiro, março de 2004.*
31. **As Ações no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) Relacionadas aos Serviços Educacionais**, Edson Nunes, Fabiana Coutinho Grande e Leandro Molhano. *Série Estudos de Políticas Públicas, maio de 2004.*
32. **Perfil dos Egressos, Quotas e Restrições: uma Observação da Educação Superior no Momento de sua Reforma**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Fórum Educação, Cidadania e Sociedade: Reforma do Ensino Superior. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro – RJ, 14 de julho de 2004; versão revista e atualizada deste trabalho foi publicada sob o título Educação, Quotas e Participação no Brasil, Documento de Trabalho nº 33.*
33. **Educação, Quotas e Participação no Brasil (Alemanha)**, Edson Nunes, Enrico Martignoni, Márcia Marques de Carvalho. *Trabalho apresentado no "Diálogo das sociedades civis Brasil - Alemanha", Congresso, Tema: Responsabilidade e solidariedade na democracia: sociedade – política – economia. Palestra: Estratégias para democracia e justiça no Brasil: quotas, educação e participação - Landesbank Baden-Wuerttemberg (LBBW – Banco do Estado de Baden-Wuerttemberg), Stuttgart – Alemanha, 22 e 23 de junho de 2004; também publicado em Universidade em Questão, Lauro Morhy (org). Brasília: Editora UNB, 2003, sob o título "Universidade Brasileira: acesso, exclusão social e perspectivas dos egressos".*
34. **A Outra Reforma Universitária para a Sociedade do Conhecimento**, Edson Nunes e Leandro Molhano. *Trabalho apresentado no Fórum do INAE, Mesa Redonda: O Modelo de Educação para a Economia do Conhecimento. Rio de Janeiro, 17 de maio de 2004; também publicado em Novo Modelo de Educação para o Brasil, J.P.dos Reis Velloso e R.C. de Albuquerque, orgs. Rio de Janeiro, José Olympio, 2004.*

35. **Ensino Superior Público e Privado no Brasil: Expansão, Evasão e Perfil dos Concluintes**", Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Texto apresentado no "Unesco Fórum on Higher Education, Research & Knowledge: Primeira Conferência Regional Latinoamericana del foro Unesco sobre educación". Porto Alegre, UFRGS, 01 a 03 de setembro de 2004. Série Educação em Números.*
36. **Nota Técnica sobre os documentos "Considerações sobre Autorização dos Cursos de Medicina" e "Consideração sobre Autorização dos Cursos de Direito"**, Wagner Ricardo dos Santos e Leandro Molhano. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, setembro de 2004.*
37. **Nota Técnica: Estudo Comparativo para Projeto do Decreto de EAD**, Helena Maria Barroso e Ives Ramos, *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
38. **Nota Técnica sobre Avaliação Institucional Externa de Faculdades, Centros Universitários e Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado no "Fórum de Reitores do Rio de Janeiro: Nova Política de Avaliação do Ensino Superior", FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2004; também apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, outubro de 2004.*
39. **Engenharia Reversa: Análise do Instrumento de Avaliação Institucional Externa de Universidades**, Leandro Molhano e Wagner Ricardo dos Santos. *Texto apresentado na Reunião do Conselho Nacional de Educação, Brasília, novembro de 2004*
40. **Ensino Superior e Políticas de Inclusão: Análise dos Gastos Familiares com Educação Superior**, Enrico Martignoni e Ana Beatriz Gomes de Moraes. *Texto apresentado no IX Congresso Solar, Rio de Janeiro, outubro de 2004.*
41. **Economia Política e Regulação da Educação Superior no Brasil**, Edson Nunes, Enrico Martignoni e Leandro Malhano. *Publicado em Avaliação e Regulação da Educação Superior: Experiências e Desafios, Daniel de A. Ximenes (org). Brasília: FUNADESP, 2005.*
42. **Mensuração dos Conteúdos Acadêmicos da Educação Superior**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *abril de 2005.*
43. **O Ensino e a Profissão Jurídica no Brasil: uma Visão Quantitativa**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números, julho de 2005 (versão preliminar em processo de revisão).*

44. **Diretrizes Políticas da Educação Superior x Instrumentos de Avaliação: uma Nota Técnica**, equipe do Observatório Universitário, *maio de 2005*.
44. **A - Análise dos instrumentos de Avaliação de Universidades e Centros Universitários**, Helena Maria Barrozo e Ivanildo Ramos Fernandes, *maio de 2000*
45. **A Questão Universitária no Sistema Federal de Ensino**, André Magalhães Nogueira, Edson Nunes e Helena Maria Barroso, *julho de 2005*.
46. **Considerações sobre o Conceito de “Necessidade Social”**: Uma Nota Técnica, Enrico Martignoni e Leandro Molhano, *abril de 2005*.
47. **Os Desafios da Universidade Brasileira neste Início de Século e a Formação de nossas Elites**, Edson Nunes, *agosto de 2005*.
48. **Correspondência entre Diploma e Profissão dos Administradores**, Edson Nunes e Márcia Marques de Carvalho. *Série Educação em Números*, agosto de 2005. *Incorporado ao Documento de Trabalho no. 50. (versão preliminar em processo de revisão)*
49. **Possíveis Inconsistências da Base de Dados Desagregados do Censo da Educação Superior 2003**, Leandro Molhano e Vitor de Moraes Peixoto, *setembro de 2005*.
50. **Correspondência entre Diploma e Profissão**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números*, novembro de 2005. *Este texto foi revisto em maio de 2006, incorporando os Documentos de Trabalho no. 48 e 51.*
51. **Correspondência entre Diploma e Profissão - Pedagogia**, Enrico Martignoni, Leandro Molhano, Márcia Carvalho e Vitor Peixoto. *Série Educação em Números*, novembro de 2005. *Incorporado ao Documento de Trabalho no 50.*
52. **IES e UCAM: a visão do carioca**, David Moraes e Márcia Carvalho. *Série Educação em Números*, dezembro de 2005 (*versão preliminar*).
53. **A Reforma que não houve**, Edson Nunes e Leandro Molhano, *abril de 2006*. *Publicado, sob o título “A Reforma Universitária no Quadro-Negro”, em Custo Brasil – Soluções para o Desenvolvimento, ano 1, no. 2, abril/maio de 2006.*

54. **Extensão Universitária e o Censo da Educação Superior: uma Nota Técnica.** Violeta Monteiro, *maio de 2006.*
55. **Ensino Universitário, Corporação e Profissão: Paradoxos e Dilemas Estratégicos do Brasil,** Edson Nunes, *maio de 2006.*
56. **Universidade e Regime de Trabalho,** André Magalhães Nogueira e Equipe do Observatório Universitário, *agosto de 2006.*
57. **UCAM e o ENADE 2005: Nota Técnica,** David Moraes, Enrico Moreira Martignoni, Leandro Molhano Ribeiro e Wagner Ricardo dos Santos, *agosto de 2006.*
58. **O Grande Equívoco do Ensino Superior Brasileiro: um ensino profissional que não se aplica às profissões que o defendem.** Edson Nunes e Márcia Carvalho, *Série Educação em Números, setembro de 2006.*